

## Cuadernos Gestión Turística del Patrimonio

Handbook of tourism management heritage

Journal homepage: <https://cuadernosgestionturisticaelpatrimonio.es>

ISSN: 2952-2390

# O Potencial Turístico do Património Castrejo – A Rota dos Castros do Noroeste de Portugal

Tiago Pinto<sup>1</sup>

## PALABRAS CLAVE

*Turismo Cultural*

*Património Castrejo*

*Noroeste de Portugal*

*Rota Turística*

*Potencial Turístico.*

## RESUMEN

*Portugal tem vindo a destacar nos seus planos turísticos a relevância do património, colocando o produto touring cultural e paisagístico como estratégico na oferta turística nacional. Porém, nem todo o património é aproveitado para a atividade turística, sendo que existem vários elementos patrimoniais singulares e relevantes que se encontram no esquecimento. O património castrejo do noroeste português é um desses exemplos, encontrando-se em larga maioria degradado e abandonado. Apresenta-se uma investigação com o objetivo de analisar o seu potencial turístico.*

<sup>[1]</sup> Doutorando na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. [tiago.pinto@rai.usc.es](mailto:tiago.pinto@rai.usc.es)



Esta obra está bajo una licencia internacional Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0.

## 1. Introducción

O presente artigo procura apresentar, de forma sucinta, a Cultura Castreja do Noroeste de Portugal, o seu potencial turístico e a forma como se poderia realizar a sua valorização turística através da criação de uma rota turística cultural. Esta preocupação advém do facto de que, após a realização de visitas a vários castros, se constatou um elevado estado de degradação e de esquecimento a que estas “cidades mortas” chegaram. Este tema foi recentemente abordado por mim na minha dissertação de mestrado em Turismo (Gestão Estratégica de Destinos Turísticos) intitulada “O Potencial Turístico do Património Castrejo: a Rota dos Castros do Noroeste de Portugal”, estando a ser desenvolvida também de forma mais aprofundada em tese de doutoramento em Turismo na Universidade de Santiago de Compostela.

Deste modo, o texto encontra-se estruturado da seguinte forma: a introdução, onde se fará o enquadramento geral do projeto e se explicarão os objetivos e a metodologia utilizada; o desenvolvimento, em que será abordado o estado da arte da cultura castreja do noroeste português, o potencial turístico desta e os resultados obtidos. Será igualmente abordada a questão da elaboração de produtos turísticos baseados neste património com a sugestão da criação da Rota dos Castros do Noroeste de Portugal, terminando com uma breve conclusão.

Ao longo dos últimos anos, Portugal tem-se apresentado como um destino de excelência, para o qual contribuem os vários recursos turísticos que possui. A História e Cultura são dois dos seus principais recursos, sendo até assumidos como atributos-chave na Estratégia Turismo 2027. No território, a que hoje corresponde Portugal, vários foram os povos que por aí viveram, contribuindo inevitavelmente para a riqueza da sua História, sobretudo através da herança patrimonial. Seria expectável que todo este riquíssimo património fosse aproveitado para o turismo através da sua valorização turística, porém, tal não é uma realidade. O património castrejo é um exemplo dessa realidade. Trata-se de um património importante a nível cultural e histórico que é marginalizado pela valorização turística de Portugal.

O legado patrimonial castrejo é um dos mais antigos existentes em território português, com origens na Idade do Bronze. Os castros, elementos muito representativos do património castrejo, eram povoados fortificados localizados a uma altitude média para obterem um elevado controlo da sua região envolvente. Os seus habitantes seriam povos guerreiros, conhecidos hoje pelas designações de Galaicos, Celtas ou Povos Castrejos. A sua presença em território nacional concentra-se sobretudo na zona noroeste, entre os rios Minho e Douro, uma vez que as características geográficas foram propícias para a sua fixação.

Apesar da sua importância cultural e histórica, o património castrejo português é, em grande parte, colocado à margem da valorização turística do destino Portugal. O desconhecimento generalizado sobre este património, a falta de ligação dos portugueses às suas raízes castrejas e o reduzido investimento na sua proteção e valorização são fatores que justificam a última afirmação. Atualmente, o estado de conservação deste património agrava-se mais pois encontra-se à mercê de agentes de erosão natural e da destruição humana. Torna-se relevante iniciar um projeto de valorização deste património em Portugal à semelhança do que já existe na Galiza (território espanhol também bafejado pela existência de património castrejo), onde, de facto, existe uma devida proteção e promoção das raízes castrejas e do seu património.

Os trabalhos científicos realizados em Portugal sobre o potencial turístico do património castrejo noroeste português são muito escassos. Para além da dissertação já mencionada,

saliente-se a investigação levada a cabo pela Doutora Fátima Matos Silva (2019). Na Galiza, saliente-se o trabalho de autores como Martín-Cancela (2019). A reduzida quantidade de trabalhos sobre o tema levou a que fosse procurado ainda mais aprofundar o património castrejo, visitando mais de 50 assentamentos castrejos representativos dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto.

A investigação orientou-se segundo o seu objetivo geral de analisar o potencial turístico dos elementos patrimoniais castrejos existentes no território do noroeste de Portugal, tendo como objetivos mais específicos:

- Apresentar o atual estado dos castros portugueses;
- Identificar e inventariar esse património na região em estudo;
- Analisar o seu potencial turístico e efetuar a sua classificação;
- Identificar outros recursos ligados ao património castrejo (como museus e eventos);
- Aduzir exemplos de práticas e projetos de valorização deste património em Portugal e em destinos concorrentes, como a Galiza;
- Propor a criação de uma rota turística cultural denominada de Rota dos Castros do Noroeste de Portugal para dinamizar turisticamente este património.

Assim, toda a investigação procurou problematizar o património castrejo do noroeste português, colocando-se duas hipóteses resultantes do processo investigativo:

- Hipótese 1 – O património castrejo do noroeste português não possui potencial turístico, uma vez que não tem singularidade nem capacidade atrativa.
- Hipótese 2 – O património castrejo do noroeste português possui potencial turístico, uma vez que é singular e possui capacidade atrativa.

Estabelecidas as hipóteses, o estudo centrou-se na análise do potencial turístico do património castrejo existente na região noroeste de Portugal, nos distritos acima mencionados. De forma a cumprir esse objetivo, foi necessário apresentar a situação atual em que este património se encontra, identificá-lo e inventariá-lo, perceber o potencial turístico do património e efetuar a sua classificação, nomear outros recursos secundários dentro da temática, apresentar exemplos de boas práticas e de projetos de valorização turística ocorridos na Galiza e propor um exemplo de produto turístico em formato de rota turística cultural para valorizar este património.

Na investigação efetuada, recorreu-se sobretudo à observação direta de 54 elementos patrimoniais castrejos nos distritos já referenciados, através de visitas de campo, e recorreu-se a entrevistas semidiretivas a três responsáveis de organismos e instituições nacionais e internacionais com ligação à temática e com papel preponderante na valorização turística dos castros. O primeiro método possibilitou uma análise in loco aprofundada de cada recurso, uma vez que, só através destas visitas de campo, se conseguiu aferir com exatidão as características destes povoados e o seu atual estado de conservação. Este processo foi acompanhado com o preenchimento de fichas de inventariação de recurso turístico-cultural (municipal) sugerido pelo Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural do Centro de Estudos Politécnicos da Golegã (CESPOGA) apresentado por Figueira (2010). Nesta ficha, foram preenchidos dados sobre a identificação do recurso, a sua avaliação, características e sugestões e ações prioritárias a realizar. Seguindo este mesmo método, foram observados 4 assentamentos castrejos galegos de pequenas e grandes dimensões para se poder fazer um

estudo de comparação entre ambas. Foi também realizada a observação direta a alguns dos museus mais representativos da cultura castreja em Portugal e a um evento de animação castreja.

Outro método utilizado na elaboração do trabalho de investigação foi a realização de entrevistas semidiretivas. Foram direcionadas a três pessoas representativas e influentes de três entidades públicas e privadas de relevância no mundo castrejo, na sua investigação, proteção e valorização turística. Foram, por isso, entrevistados o Dr. Santiago Cortiñas, o Dr. João Tinoco e o Dr. Gonçalo Cruz, representantes do Turismo da Junta da Galiza, da União das Freguesias de Nogueiró e Tenões e da Sociedade Martins Sarmento, respetivamente. Através deste método, foi possível recolher informação de forma mais informal e mais atualizada sobre esta matéria.

Terminado todo o processo complexo e moroso de recolha de informação e de análise da mesma, foi possível perceber que, de facto, o património castrejo do noroeste português possui potencial turístico e que necessita urgentemente que ser valorizado através da criação de produtos turísticos nele baseados, para sobreviver à sua destruição e ao esquecimento generalizado da sua existência. A região turística do Porto e Norte de Portugal está perante um recurso rico, singular e diferenciador que ainda não foi aproveitado com a devida atenção e rigor.

## 1. A Cultura Castreja do Noroeste Peninsular

### 2.1 Conceito e Contextualização Histórica

O termo cultura castreja é apresentado pela primeira vez por Bosch Gimpera (1932) para conceptualizar, de certa forma isolar no mundo arqueológico ibérico, a proto-história da região do noroeste da Península Ibérica. São elementos caracterizadores desta cultura o património castrejo, como as citâncias, as cidades e, sobretudo, os castros. Estes são apresentados por Alberro & Cólera como um “[...] tipo habitacional específico [...]” (2008: 40-41) que estaria integrado num sistema defensivo bastante complexo. De forma mais esclarecedora, Lemos (2008) apresenta os castros como habitats fortificados que estariam localizados em cumes dominantes sobre a área envolvente, possuindo assim domínio estratégico sobre os corredores naturais de circulação, como os recursos hídricos. Até ao momento, em termos de posicionamento estratégico, foram encontrados castros que se encontram localizados junto a nascentes de rios e próximos de cursos fluviais, bem como castros que se denominam de marítimos por estarem posicionados em falésias, praias e promontórios à beira-mar. Estes últimos são considerados de elevada raridade. As citâncias, também já apresentadas, seriam povoados castrejos de grandes dimensões, cuja formação se deveu à junção de várias pequenas comunidades castrejas provocada pela ameaça crescente das legiões romanas (Lemos, 2008). Surge ainda o conceito, menos comum, de cividade que oriunda do latim *civitate*, que significa cidade e costuma ser atribuído a assentamentos castrejos que sofreram um grande impacto com a romanização.

Quanto à localização da cultura castreja, esta encontra-se bem definida pelos arqueólogos e estudiosos, apesar de existirem algumas discordâncias quanto às suas fronteiras. Lorrio (1991)

inclui na esfera castreja a atual Galiza, o Norte de Portugal e a parte occidental das Astúrias, servindo-se os rios Navia, a este, e Douro a sul como fronteiras. Lemos (2008), por sua vez, adiciona a região das Astúrias por completo e acrescenta as províncias de Zamora e León. Outros, como Silva (1986), defendem que a regiões drenadas pelo rio Vouga e Dão poderão também ser consideradas como áreas da Cultura Castreja.

Relativamente às suas origens, calcula-se que os primeiros castros terão surgido ainda na Idade do Bronze, num período apresentado por Maluquer de Motes (1973) como “Castrexo I”, onde as habitações seriam construídas em materiais vegetais. Segue-se o período “Castrexo II”, entre o séc. V e séc. I a.C., caracterizado pelo intenso contacto dos povos castrejos com outros povos, como os fenícios e os cartagineses. Surgem neste período as habitações de planta circular e as primeiras muralhas defensivas. De seguida, o período “Castrexo III”, que se inicia nos anos 138-136 a.C. com a primeira invasão romana no território. Por fim, o “Castrexo IV” inicia-se com a conquista da região por César Augusto no ano 19 a.C. e caracteriza-se pela romanização dos povoados e abandono da sua larga maioria.

A questão da população destes povoados é muito interessante e amplamente discutida entre historiadores e arqueólogos. Uma das ideias mais defendidas é o celticismo dos castros, ou seja, que estes seriam habitados por povos celtas oriundos da Europa Central. A existência de vários achados arqueológicos descobertos nestes lugares com elementos característicos da Cultura do Campo das Urnas e de La Tène ajudam no fortalecimento desta ideia. A outra teoria existente é a de que os habitantes destes castros seriam povos endógenos, que ao longo dos séculos, foram absorvendo traços culturais de outros povos, incluindo os celtas da Europa Central, como deuses e teriam aspectos linguísticos em comum através de contactos comerciais, guerras, entre outros. Esta ideia foi defendida desde o início por Francisco Martins Sarmento (1891), por Lemos (2008) e Ruibal (2003) que apontam a inexistência de vestígios cerâmicos célticos na região para justificar a sua opinião. De forma a não gerar desacordo, o termo que aqui é utilizado é de povo castrejo.

A cultura castreja do noroeste peninsular possui vários elementos caracterizadores que a distinguem do resto da proto-história peninsular e europeia. Um desses elementos são os raros e enigmáticos balneários castrejos. Estes edifícios de pequenas dimensões, constituídos por câmaras e antecâmaras, ter-se-iam inspirado nos banhos termais romanos. A divisória das suas câmaras é conhecida por “Pedra Formosa” e é considerada um dos melhores elementos decorativos de todo o mundo castrejo. Segundo Silva (2019), apenas são conhecidos cerca de três dezenas em toda a região. Inicialmente, estes lugares eram associados a crematórios fúnebres, devido à sua localização afastada dos centros dos povoados, mas a presença de nascentes de água e tanques junto destes veio fortalecer a tese que seriam balneários. Deve-se salientar que, até à data, não existem vestígios que comprovem como seriam os ritos funerários destes povos. Independentemente da sua utilização, estes edifícios são uma das mais relevantes características da Cultura Castreja (Silva, 1995).

Outra característica única da Cultura Castreja do Noroeste Peninsular são as estátuas de guerreiros. A guerra e os saques de outros povoados faziam parte do quotidiano destes povos. Estrabão chegou a referenciar o carácter bélico dos povos castrejos. Sabe-se que utilizavam espadas, punhais, escudos e capacete, como são prova os variados achados arqueológicos neste sentido. Outro elemento que permite fazer a figuração destes guerreiros são as estátuas que foram sendo descobertas nos castros, normalmente representados com espada ou punhal e um escudo. Surgem, na sua maioria, com torques ao pescoço e alguns com capacete. As

estátuas descobertas em Boticas, presentes no Museu Nacional de Arqueologia, são os melhores exemplares descobertos em território nacional. Lemos (2008) apresenta-as como uma das características mais peculiares da Cultura Castreja.

## 2.2 A Realidade dos Castros em Portugal

Em Portugal existem mais de um milhar de povoamentos castrejos descobertos e identificados, podendo haver muitos mais ainda por descobrir. O trabalho que existe hoje sobre este património deve-se sobretudo a Francisco Martins Sarmento (1833-1899) que foi pioneiro na arqueologia castreja. O seu trabalho realizado, sobretudo, na Citânia de Briteiros, Guimarães, entusiasmou outros arqueólogos portugueses e espanhóis a escavarem outros locais semelhantes na região.

A grande maioria dos castros em território nacional encontram-se sobretudo na região do Norte de Portugal, mas com maior concentração nos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto. Esta elevada quantidade nessa região justifica-se, sobretudo, pelas características físicas do terreno, como o relevo acidentado de baixa-média altitude e a grande quantidade de recursos hídricos, que são fatores favoráveis à instalação destes povoados, como já apresentado anteriormente.

Há um elevado número de castros que se encontram classificados como monumentos protegidos, na sua maioria como Imóveis de Interesse Público, existindo também uns poucos que se encontram classificados como Monumentos Nacionais. Contudo, poucos são aqueles que se encontram valorizados para fins turísticos e musealizados. Através das visitas de campo efetuadas, foi possível verificar que a maioria destes lugares se encontra abandonado e em elevado estado de degradação. Notou-se uma enorme quantidade de vegetação invasiva, bem como partes destes monumentos destruídas por ação humana. Raros são aqueles que não se encontram neste estado e que, felizmente, poderão servir de excelente exemplo para os restantes.

Apesar de muitos castros se encontrarem classificados como monumentos, a sua vasta maioria encontra-se em terrenos de propriedade privada, o que, por vezes, dificulta a sua proteção. Outros encontram-se em terrenos públicos, sendo geridos por entidades públicas, na generalidade câmaras municipais. Contudo, muitas autarquias desconhecem o real valor destes lugares, colocando-os à parte de fundos comunitários, de investimento público e de reais medidas de proteção e valorização patrimonial. Porém, existem alguns casos, raros, que servem de bons exemplos. A Câmara Municipal de Vila do Conde tem vindo nos últimos anos a valorizar turisticamente o seu rico património castrejo, estando a preparar a abertura ao público da recentemente musealizada Cidade de Bagunte, um dos maiores assentamentos castrejos em território português. Por seu turno, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão tem vindo a procurar, em anos mais recentes, a proteção destas zonas arqueológicas e fomentar as suas escavações, como as vivenciadas no Castro de São Miguel-o-Anjo. Assinala-se o trabalho de cooperação que a Câmara Municipal de Guimarães tem vindo a realizar com a Sociedade Martins Sarmento na promoção da Citânia de Briteiros e do Museu da Cultura Castreja e, no último ano de 2022, na valorização turística e musealização do Castro de Sabroso. As

práticas destes municípios deverão ser recriadas em largo número pelos vários concelhos do noroeste português onde a cultura castreja é uma realidade.

Na esfera privada, em Portugal, apenas se pode destacar o contínuo e árduo trabalho da Sociedade Martins Sarmento. O próprio Dr. Gonçalo Cruz, na entrevista que nos cedeu, apresentou mesmo a coletividade como um caso excepcional em Portugal. Fundada em 1882 com a missão do ensino, acabou por se dedicar ao património castrejo escavado por Francisco Martins Sarmento como a Citânia de Briteiros. Hoje, a coletividade possui vários espaços museológicos dedicados, sobretudo, à cultura castreja, sendo responsável pelo assentamento castrejo mais visitado e conhecido em território português. O trabalho efetuado em Briteiros deve ser referenciado. A manutenção e limpeza do espaço museológico, as atividades promovidas, os eventos criados e a promoção efetuada são aspectos relevantes na valorização turística do povoado. O mesmo se tem começado a realizar, no último ano, no Castro de Sabroso, também espaço pertencente a esta coletividade. Deve também ser salientado o importante trabalho da Sociedade Martins Sarmento na área de aconselhamento técnico e suporte sobre o que fazer para manter e recuperar o património arqueológico, sobretudo, castrejo em outras regiões do país.

A tentativa de valorização deste património, em larga escala, não é novidade em Portugal. Vários projetos foram desenvolvidos numa tentativa de trabalho de cooperação em rede entre as diversas entidades públicas e privadas que gerem estes espaços, porém, sem sucesso. Um desses projetos e, provavelmente, o mais ambicioso, foi o CASTRENOR, criado em 2005, pela Universidade do Minho, o Município de Monção, a Associação Regional de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave e a Junta da Galiza. Este projeto de caráter internacional foi criado sobre o fundo europeu INTERREG III A, mas apenas teve algumas atividades limitadas no tempo, como a criação de um website (que já não existe), um livro e algumas atividades. Foi no âmbito deste projeto que se desenvolveu a Citânia Viva, um dos mais relevantes eventos de animação castreja existentes em Portugal. Porém, após a realização destas atividades, o projeto caiu por terra, não existindo mais novidades sobre este desde 2008.

Outro projeto digno de ser referenciado foi a Rede de Castros do Noroeste que surgiu em 2004 com o principal objetivo de efetuar uma candidatura do património castrejo a Património Mundial da UNESCO. Este projeto procurava a preparação destes recursos para esta candidatura. Porém, apesar dos excelentes e aliciantes objetivos, a rede perdeu o seu rumo, tendo apenas sido recuperada em 2016 pela Direção Regional da Cultura do Norte. O objetivo inicial desapareceu, tendo sido substituído pela criação de um trabalho cooperativo entre os diversos assentamentos para dinamizá-los turisticamente. Contudo, após se ter candidatado ao financiamento europeu e não ter conseguido a sua aceitabilidade, o ânimo da Rede desapareceu, não tendo existido mais nenhuma reunião da mesma desde 2020.

Existem e existiram vários projetos de valorização do património castrejo em Portugal, contudo a grande falta de vontade, sobretudo política, não se esforçou sequer em alavancar algum deles. Outros são ainda muito redutores face ao exponencial deste património. Dizia o Dr. Gonçalo Cruz, na entrevista realizada, que os castros “não estão na moda”, porque, se estivessem, não faltariam projetos e iniciativas públicas para a sua valorização. Outro aspecto a salientar é, também, o desconhecimento e desinteresse

generalizado sobre este património, o que leva a que, ao contrário da vizinha Galiza, as pessoas não se sintam conectadas ao mundo castrejo, acabando por não procurar e defender a sua proteção e valorização.

## 2. O Potencial Turístico da Cultura Castreja

Analisando o território português e o seu património castrejo, tornou-se necessário questionar se, efetivamente, este património possuía ou não potencial turístico. Neste tipo de trabalho é relevante não só perceber e estudar o património em análise, mas também efetuar comparações com lugares onde este já é valorizado e apresentado como um recurso turístico importante.

O melhor destino para efetuar esta comparação é Espanha, sobretudo, a sua província da Galiza, onde este património existe em mais abundância. Dos mais de 3 mil castros galegos, apenas uma reduzida percentagem se encontra escavada. Apesar disso, procura-se efetuar a preservação destes, através de trabalhos de manutenção, limpeza e de valorização turística. Tal como apresentado anteriormente, os galegos possuem um forte espírito de pertença à cultura castreja, sendo estas raízes pré-romanas vividas e apresentadas com orgulho. O trabalho de valorização é efetuado, sobretudo, por entidades públicas, sendo um trabalho de cooperação entre a Junta da Galiza e os diversos municípios, que, devido à sua reduzida dimensão, acabam, muitas vezes, por não possuir fundos suficientes para efetuar este tipo de trabalhos. Independentemente da dimensão, existe uma preocupação em musealizar os castros, de forma a efetuar a sua interpretação, frequentemente com ajuda de pequenos centros interpretativos. Existe também a colocação de sinalética informativa e passadiços.

Na elaboração deste trabalho, foram visitados 4 assentamentos castrejos da Galiza, de grandes e pequenas dimensões, concluindo-se que estes são valorizados e protegidos pelos galegos que procuram, através destes trabalhos, além de proteger, divulgar as suas origens aos viajantes e às gerações futuras. Em termos turísticos, a cultura castreja é um produto muito importante para a Galiza. Basta apenas fazer uma visita ao website institucional para encontrar o património castrejo entre os monumentos mais visitados da Galiza, como a Catedral de Santiago de Compostela ou a Torre de Hércules. A promoção deste património em vários folhetos turísticos promocionais e em pequenos itinerários turísticos mostra a grande vontade de divulgar este património por parte das entidades galegas.

Após termos estudado o trabalho efetuado na Galiza, iniciou-se o estudo in loco dos castros do noroeste português para se perceber se estes teriam potencial turístico à semelhança do que acontece na Galiza.

Neste processo, foram visitados 54 assentamentos castrejos dos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo, sendo apontados as suas várias características através da ficha de recurso turístico-cultural (municipal) proposto por Figueira (2010) no Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural do Centro de Estudos Politécnicos da Golegã (CESPOGA). Estas características eram referentes à identificação do recurso (denominação, localização, classificação, propriedade e estimativa de frequência anual de visitantes), à avaliação do recurso (capacidade de atração, envolvente, singularidade, visibilidade, notoriedade, acessibilidade e estado de conservação) e outras características (situação atual, situação pretendida, fatores favoráveis e desfavoráveis e ações

recomendadas). No final da respetiva ficha, eram apontadas sugestões e ações prioritárias a ter em conta no recurso. Através do preenchimento da ficha de cada um dos 54 assentamentos castrejos visitados, procedeu-se à sua classificação, seguindo-se a classificação da Organização dos Estados Americanos através da divisão em 5 níveis, sendo 5 um recurso de interesse internacional e 1 um recurso sem capacidade de atrair visitantes. Após este processo chegou-se aos seguintes resultados no distrito de Braga:

Tabela 1 – Listagem do Património Castrejo e seus resultados no distrito de Braga

<b>Amares</b>	
Castro de Lago	Nível 2
<b>Barcelos</b>	
Balneário Castrejo de Santa Maria dos Galegos	Nível 4
Castro de Carapeços	Nível 2
Castro de Carmona	Nível 2
Castro de Faria	Nível 3
<b>Braga</b>	
Balneário Pré-Romano da Estação de Braga	Nível 3
Castro de Monte Redondo	Nível 4
Castro de Santa Marta das Cortiças	Nível 3
Castro do Monte da Consolação	Nível 1
Castro Máximo	Nível 1
Fonte do Ídolo	Nível 5

<b>Espinho</b>	
Castro de São Lourenço	Nível 5
Castro do Senhor dos Desamparados	Nível 2
Cividade de Belinho	Nível 1
<b>Fafe</b>	
Castro de Santo Ovídio	Nível 2
<b>Guimarães</b>	
Castro de Sabroso	Nível 4
Castro de São Miguel-o-Anjo	Nível 1
Citânia de Briteiros	Nível 5
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	
Castro de Lanhoso	Nível 3
<b>Vieira do Minho</b>	
Castro de Anissó	Nível 2
Castro de Vieira	Nível 1
Castro do Ovo da Rainha	Nível 1
<b>Vila Nova de Famalicão</b>	
Castro de Eiras	Nível 4

Castro de São Miguel-o-Anjo	Nível 2
Castro do Monte das Ermidas	Nível 2
<b>Vila Verde</b>	
Citânia de São Julião de Caldelas	Nível 2

Por sua vez, estes foram os resultados do distrito do Porto:

Tabela 2 – Listagem do Património Castrejo e seus resultados no distrito do Porto

<b>Lousada</b>	
Castro de São Domingos	Nível 2
<b>Marco de Canaveses</b>	
Castro de Tongóbriga	Nível 4
Castro de Arados	Nível 1
<b>Matosinhos</b>	
Castro do Monte do Castelo de Guifões	Nível 1
<b>Paços de Ferreira</b>	
Citânia de Sanfins	Nível 5
<b>Paredes</b>	
Castro do Muro de Vandoma	Nível 1
<b>Penafiel</b>	

Castro de Monte Mozinho	Nível 5
<b>Póvoa de Varzim</b>	
Cividade de Terroso	Nível 4
<b>Santo Tirso</b>	
Castro de Monte Padrão	Nível 4
Castro de Santa Margarida	Nível 1
<b>Trofa</b>	
Castro de Alvarelhos	Nível 4
<b>Vila do Conde</b>	
Castro de São Paio	Nível 4
Cividade de Bagunte	Nível 5
<b>Vila Nova de Gaia</b>	
Castro da Senhora da Saúde	Nível 1

Por fim, no distrito de Viana do Castelo, estes foram os resultados:

Tabela 3 - Listagem do Património Castrejo e seus resultados no distrito de Viana do Castelo

<b>Arcos de Valdevez</b>	
Castro de Álvora	Nível 1
Castro de Ázere	Nível 1

<b>Caminha</b>	
Castro do Coto da Pena	Nível 2
<b>Melgaço</b>	
Castro de Melgaço	Nível 2
<b>Monção</b>	
Castro de São Caetano	Nível 4
Citânia do Monte da Assunção	Nível 4
<b>Paredes de Coura</b>	
Cividade do Cossourado	Nível 5
<b>Ponte de Lima</b>	
Castro de Santo Estêvão da Facha	Nível 2
<b>Viana do Castelo</b>	
Castro de Moldes	Nível 2
Castro de Roques	Nível 2
Castro de Sabariz	Nível 1
Castro do Vieito	Nível 1
Citânia de Santa Luzia	Nível 5
Cividade de Afife-Âncora	Nível 4

Foi perceptível que no território estudado existem castros de diversos níveis, sendo na sua grande maioria recursos de nível 2 e 1, devido às suas condições atuais, o que não quer dizer que, caso estas sejam melhoradas, não exista uma subida de nível nesta classificação.

Existem também alguns com classificação máxima (nível 5), normalmente atribuído a recursos de grande relevância e singularidade, com capacidade de atração internacional. De facto, alguns destes lugares apresentam essas características como assentamentos proto-históricos em excelente estado de conservação e com vários elementos singulares, como os balneários.

Através desta classificação e do trabalho de campo efetuado, foi perceptível um conjunto de características gerais ao património castrejo do noroeste português, tanto intrínsecas como extrínsecas. Dentro das forças deste património, deve-se destacar a sua elevada quantidade, sendo possível encontrar exemplares em praticamente todos os concelhos dos três distritos em estudo; o bom estado de conservação de determinados elementos, como linhas de muralha; a existência de balneários castrejos, elementos diferenciadores destes sítios arqueológicos; a musealização de alguns destes assentamentos; a presença de vestígios de arte rupestre e castreja; a existência de classificação legal de proteção destes lugares; as paisagens idílicas onde se localizam; o crescimento do interesse da sua valorização por alguns municípios; a existência de eventos de recriação/animação castreja e a forte ligação deste património às raízes portuguesas e galegas, entre outros.

Por sua vez, em termos de fragilidades, o património castrejo do noroeste português encontra-se na sua generalidade: abandonado e degradado; apresentando fracas e difíceis acessibilidades; localizado, em grande número, em propriedade privada; vulnerável à ação natural e humana; “vítima” da inexistência de políticas de divulgação destes lugares, da reduzida informação disponibilizada pelos municípios e da falta de manutenção e limpeza.

Claro que existem oportunidades a ter em conta, tais como, a forte aposta nacional e internacional no touring cultural e paisagístico; o reconhecimento de Portugal como um dos melhores destinos mundiais; a crescente facilidade de acesso à região noroeste do país (por via terrestre, marítima e aérea); a existência de recursos complementares cada vez com maior qualidade na região (hotelaria e restauração), a crescente preocupação na proteção das raízes e culturas locais num mundo cada vez mais globalizado, entre outros.

Por fim, existem também ameaças ao crescimento e valorização do património castrejo, tais como: a falta de manutenção das acessibilidades aos castros; a reduzida sensibilização estatal e da população para a proteção deste património, provocado sobretudo por elevado desconhecimento; o crescimento urbano; o deficitário e ‘anedótico’ sistema de coimas para a destruição patrimonial em Portugal; falta de vontade das diversas redes já criadas no passado, sobre este património, em prosseguir com os objetivos iniciais; reduzida menção da cultura castreja nos manuais escolares e outros eventos atuais que afetam e afetaram a atividade turística global como a pandemia mundial da COVID-19 e a guerra russa-ucraniana, entre outros.

Tal como foi analisado e demonstrado, o património castrejo encontra-se, de facto, em perigo, sendo necessária a sua urgente revitalização, que poderá ser possibilitada através de ações de musealização e de campanhas de promoção e valorização turística. De forma a prosseguir essa ideia, foi apresentado no trabalho de investigação, um exemplo de produto turístico, formato de rota, que poderá ser desenvolvido sob o património castrejo do noroeste de Portugal, aqui denominado de: Rota dos Castros do Noroeste de Portugal.

### 3. A Rota dos Castros do Noroeste de Portugal

À semelhança de qualquer outra rota turística cultural, a formulação desta seguiu determinados parâmetros. A sua estruturação foi criada pelo próprio autor inspirado nos modelos de Figueira (2010), de Goméz & Quijano (1992) e de Nagy (2012). Segue-se um quadro síntese, sugerido por mim na investigação de mestrado, das várias etapas deste processo de elaboração de uma rota turística:

Tabela 2 - Processo de Elaboração de Rotas Turísticas (Pinto, 2022)

Etapa	Processo
1ª Etapa	Definição da temática, território, visão e objetivos.
2ª Etapa	Inventariação e classificação dos recursos.
3ª Etapa	Seleção dos recursos a incorporar na rota.
4ª Etapa	Estruturação dos itinerários e circuitos da rota.
5ª Etapa	Elaboração de uma rede de agentes-chave complementares à rota.
6ª Etapa	Experimentação da rota.
7ª Etapa	Elaboração do plano de marketing da rota.
8ª Etapa	Efetiva colocação da rota no mercado turístico.
9ª Etapa	Inovação da rota.

O desenvolvimento de práticas de proteção deste património, a promoção de campanhas arqueológicas, a realização de trabalhos de limpeza e manutenção, a criação de projetos de musealização, a valorização turística, a dinamização de campanhas de

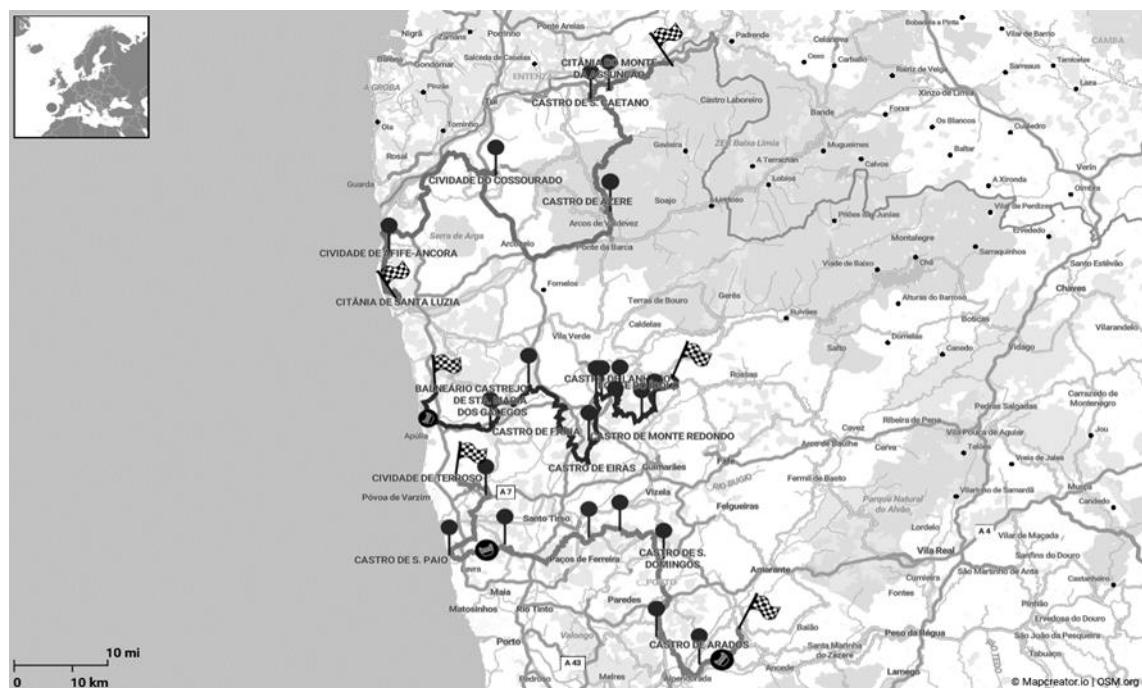
promoção e de estudos são alguns dos objetivos desta rota. Este produto possui ainda, com o intuito a longo prazo, a formulação de uma candidatura deste património à UNESCO, uma vez que só com uma proteção de nível universal é que este património estará protegido e salvaguardado para as gerações vindouras.

Dos vários assentamentos visitados e classificados anteriormente, apenas se optou por inserir nesta rota os que possuíam classificação igual ou acima a nível 3. Dos 54 castros, ficam apenas 24. Porém, devido a outros motivos significativos (como a classificação legal atribuída ou a sua relevância na promoção da cultura castreja) foram também inseridos 5 castros com níveis inferiores a 3. No total, a rota dos castros possui então 29 assentamentos castrejos que estariam divididos em três itinerários.

Os itinerários criados correspondem a cada um dos distritos abordados, existindo, portanto, o itinerário do distrito de Braga, o itinerário do distrito do Porto e o itinerário do distrito de Viana do Castelo.

O itinerário do distrito de Braga inicia-se no Castro de São Lourenço e vai até ao Castro de Lanhoso. O itinerário do Porto inicia-se no Castro de Tongóbriga e termina na Cidade de Terroso. Por fim, o itinerário de Viana do Castelo, inicia-se na Citânia de Santa Luzia e termina no Castro de Melgaço.

Figure 1. Mapa dos Itinerários da Rota dos Castros do Noroeste de Portugal



Fonte – Elaboração Própria, em Pinto & Almeida (2022)

Podem ser percorridos a pé ou bicicleta, mas recomenda-se o uso de automóvel para as deslocações.

Todos apresentam um ponto de partida e um ponto de chegada diferente dos demais, contudo poderá existir um ponto de partida comum a qualquer um destes itinerários, que seria o centro interpretativo da rota. Este local, inspirado no centro interpretativo da Rota do Românico, procurará dar a conhecer a cultura castreja e o património existente, apresentando também a história da arqueologia castreja em Portugal, fornecendo ainda aos visitantes todo o tipo de informação útil sobre a rota. Servirá sobretudo como uma contextualização inicial da rota. A sua localização não está totalmente estabilizada, mas propõe-se a sua colocação no concelho de Vila Verde, devido à centralidade na região do Entre Douro-e-Minho. O espaço teria várias salas temáticas aludindo a vários temas do mundo castrejo, como a história dos castros, a arte castreja, a arquitetura, entre outros. Possuiria também um pequeno auditório para convenções e apresentações de livros dedicados à temática.

Para além deste pequeno espaço museológico, os 29 assentamentos que integram a rota seriam alvo de um importante processo de musealização, antecedido por campanhas arqueológicas profundas e trabalhos de limpeza do local e área envolvente. No meu entender, este processo deverá ser semelhante ao encontrado na Citânia de Santa Luzia e em parte no Balneário Castrejo de Santa Maria dos Galegos. Tanto num como no outro, procedeu-se à instalação de um passadiço metálico ao redor das ruínas, permitindo assim uma visita orientada por todo o monumento, evitando que o visitante destrua ou coloque em risco o castro, através de atos de vandalismo voluntário e involuntário. Estes passadiços, de fácil e barata manutenção, possibilitam ainda a visita por parte de pessoas com mobilidade reduzida e permitem perceber o enquadramento do assentamento na paisagem envolvente. Ao longo de todo o percurso, deverá ainda ser colocada sinalética informativa, acompanhada de códigos QR para uma interpretação virtual do castro, utilizando para isso a aplicação móvel da própria rota. Além disso este código QR permite a percepção da informação em outros idiomas que não estejam escritos nos painéis, como francês e alemão. Na entrada de cada assentamento, existirá um pequeno espaço de receção que servirá como centro interpretativo do castro em questão e como apoio ao visitante, fornecendo informações, mapas e disponibilizando casas-de-banho e bengaleiro.

As acessibilidades aos locais serão também melhoradas, uma vez que grande parte dos castros selecionados não possuem dignos acessos rodoviários e pedestres acessíveis (alguns deles são franqueados por caminhos de “pé posto”. A melhoria dos acessos será uma prioridade, orientando-se para o exemplo feito na Cidade de Bagunte, em que alargaram e alcatroaram as estradas rodoviárias e calcetaram os acessos pedestres até ao topo do monte onde se encontra o assentamento.

Prevendo que a rota, à semelhança de qualquer produto turístico, após uma fase de desenvolvimento poderia cair numa fase de estagnação e declínio, decidiu-se apostar na sua contínua inovação. A principal ferramenta dessa mesma inovação é a aplicação móvel da rota. Para além de fornecer um leque variado de informações históricas e culturais, em vários idiomas, a app procurará a dinamização dos castros através da realidade virtual. Ao ler os códigos QR existentes nos vários painéis informativos, o visitante poderá vivenciar uma experiência de realidade aumentada, através de reconstruções tridimensionais, em 360º, de todo o castro, de forma a percecionar a cidade que ali existia. De forma a não repetir a experiência e a incentivar a visita a um maior

número de castros, cada um terá aspectos singulares e representações diferenciadas. Por exemplo, será percepível ver como era a mineração de ouro no Castro de Lanhoso ou a vida de um castro marítimo no Castro de São Paio ou como funcionava o quotidiano de um grande povoado na Cítânia de Briteiros. Assim, esta experiência será sempre única em cada castro da rota. Além disso, como a app terá acesso à localização do aparelho onde se encontra instalada, dará informações sobre os castros que se encontram mais próximos do utilizador. Servirá ainda como uma plataforma de comentário e avaliação, onde o utilizador poderá dar a sua opinião sobre o castro que visitou, fornecendo informação útil quer para outros visitantes quer para a própria organização gestora da rota.

A Rota dos Castros do Noroeste de Portugal é apenas um exemplo possível de um produto turístico que poderia ser criado em torno deste património. Qualquer que seja o produto criado este trará sempre como principais benefícios a salvaguarda, valorização e divulgação deste património, o desenvolvimento da economia local e regional, o importante envolvimento da comunidade local, a diversificação da oferta turística, a descentralização da oferta turística, a colaboração internacional entre a Galiza e o norte do país e servirá como peça-chave para desenvolver uma candidatura deste rico património à UNESCO.

#### 4. Conclusão

A investigação efetuada procurou perceber se o património castrejo do noroeste de Portugal teria potencial turístico. Após um intensivo trabalho de análise, de revisão bibliográfica e de observação direta foi possível equacionar uma resposta válida à questão de partida. Apesar de, no território nacional, grande parte deste património se encontrar em estado de abandono e degradação, sob uma inércia estatal no que toca à sua proteção e valorização, alguns casos raros apresentam-se como importantes exemplos. Também na Galiza, o trabalho efetuado permitiu perceber a dinâmica deste recurso num local onde já é potenciado como um importante produto turístico. Das duas hipóteses apresentadas no início desta investigação foi rapidamente comprovada a hipótese “O património castrejo do noroeste de Portugal tem potencial turístico”, uma vez que, após todo o trabalho efetuado e analisado, esta se tornou inegável. A singularidade de cada castro e respetiva paisagem envolvente, o seu peso cultural e histórico e o trabalho de dinamização e valorização efetuado na província espanhola da Galiza sobre este património apresentam-se como justificação plausível para não refutar a hipótese anterior.

Deste modo, conclui-se que o património castrejo do Noroeste de Portugal tem potencial turístico, mas é necessário que sejam desenvolvidos produtos turísticos em volta deste património de forma a dinamizá-lo e a atribuir-lhe valor, como um dos patrimónios mais singulares e ricos existentes em território nacional. Só através de produtos turísticos, como a Rota dos Castros do Noroeste de Portugal, aqui apresentado, é que estas “cidades mortas” poderão voltar à vida.

Devido às limitações de dimensão da investigação, faltou entender e analisar o importante espólio descoberto nestes castros, espalhados um pouco por todo o país, escrutinar detalhadamente os eventos de animação/recriação castreja existentes quer em Portugal quer na Galiza e aferir a importância do ensino na divulgação do património castrejo e na criação da identidade castreja no nortenho português. Além disso, faltam na investigação opiniões e informações sobre esta matéria por parte de membros de

instituições nacionais de gestão cultural, como o Turismo de Portugal e Direção Geral da Cultura do Norte. Neste sentido, propõe-se que, em futuros estudos sobre esta temática, se procure realizar entrevistas com instituições e entidades, enquadradas numa perspetiva mais de planeamento e gestão do turismo nacional e regional. Considera-se relevante e, sobretudo, urgente o desenvolvimento de outras investigações orientadas para a temática do património castrejo como recurso turístico de forma a contribuir para alargar a escassa bibliografia existente e dar a merecida relevância ao património castrejo na cultura portuguesa e no destino Portugal.

Tiago Pinto

## Referências

- Alberro, M., & Cólera, C. (2008). Os celtas da Península Ibérica (1<sup>a</sup> ed.). Noia: Toxosoutos S.L.
- Bosch-Gimpera, P. (1932). Etnología de la Península Ibérica. Barcelona: Editorial Alpha.
- Figueira, L. (2010). Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- Goméz, J., & Quijano, C. (1992). Rutas e itinerarios turísticos en España (1<sup>a</sup> Edição ed.). Sintesis.
- Lemos, F. (janeiro de 2008). A Cultura Castreja no Minho. Espaço Nuclear dos grandes povoados do Noroeste peninsular. Minho - Traços da Identidade, pp. 122-213.
- Lorrio, A. (1991). Los Celtas en el Noroeste. Revista de Arqueología, pp. 26-35.
- Maluquer de Motes, J. (1973). La originalidad de la cultura castreña . Trabalhos de Arqueología y Etnología XXII, pp. 99-103.
- Martín-Cancela, E. (2018-2019). El patrimonio arqueológico de A Coruña y su aprovechamiento turístico . Saldvie, pp. 267-274.
- Nagy, K. (junho de 2012). Heritage Tourism, Thematic Routes and Possibilities for Innovation. Club of Economics in Miskolc'TMP Vol. 8. Nr. 1, pp. 46-53.
- Pinto, T., & Almeida, M. (2022). O Potencial Turístico do Património Castrejo - A Rota dos Castros do Noroeste de Portugal. Estoril: Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Ruibal, A. (2003). Arqueología del Primer Milénio en el Noroeste de la Península Ibérica. Madrid: Universidad Complutense de Madrid .
- Sarmento, F. (2004). Materiais para a Arqueologia do Entre Douro e Minho . Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Silva, A. (1986). A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira : Museu Arqueológico da Cítania de Sanfins.

- Silva, A. (1986). Portvgalia. A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias, pp. 121-129.
- Silva, A. (1995). A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C. Revista da Faculdade de Letras : História, 12, pp. 505-546.
- Silva, M. (2019). Tourism potential of castreja culture from the north-western Iberian Peninsula. Turystyka Kulturowa, pp. 123-141.